

ESCRITURA PARTICULAR DA SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA
ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, DE
TCI BPO – TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S.A.

São partes nesta "Escritura Particular da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, de TCI BPO – Tecnologia, Conhecimento e Informação S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures") e ofertante:

TCI BPO – TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Paulista, Estado de Pernambuco, na BR 101 Norte, km 13, Paratibe, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.311.116/0001-30 ("Emissora");

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário");

- III. e, como fiadores e principais pagadores das Debêntures ("Fiadores"), observado o disposto nesta Escritura de Emissão:

ROBERTO CAMPOS MARINHO FILHO, brasileiro, casado em regime de separação total de bens, empresário, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório na Rua Jerônimo da Veiga, nº 164, 11º andar, Itaim Bibi, portador da carteira de identidade RG nº 3.885.895, expedida pela SSP/PE, e inscrito no CPF/MF sob o nº 710.666.084-15 ("Roberto"); e

ROMA ADMINISTRADORA E PARTICIPAÇÕES LTDA., sociedade limitada, com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Gouveia de Barros, nº 87, 1º andar, Santo Amaro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.111.541/0001-85, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Fiadora Pessoa Jurídica" e, em conjunto com Roberto, os "Fiadores");

Resolvem as partes celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/11/2011
SOB Nº: ED001090000
Protocolo: 11/226924-9

Empresa: 26 3 0001538 2
TCI BPO – TECNOLOGIA,
CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S/A

ROLDÃO ALVES PAES BARRETO
SECRETARIO-GERAL



1. AUTORIZAÇÃO

- 1.1 A emissão das Debêntures ("Emissão") e a Oferta Restrita (conforme definido abaixo) são realizadas com base nas deliberações (i) da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 3 de novembro de 2011 ("AGE da Emissora"), que aprovou os termos e condições da Oferta Restrita e a constituição das Garantias (conforme abaixo definido); e (ii) da Reunião de Sócios da Fiadora Pessoa Jurídica realizada em 3 de novembro de 2011 ("Reunião Roma"), que aprovou a Fiança (conforme abaixo definido).

2. REQUISITOS

- 2.1 A Emissão e a Oferta Restrita serão realizadas com observância aos seguintes requisitos, observado o disposto nas Cláusulas 6.18.1 e 6.18.2 abaixo:
- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* (i) A ata da AGE da Emissora deverá ter sido arquivada na Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE ("Junta Comercial") e deverá ter sido publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no Jornal do Comércio, termos do artigo 289 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (conforme alterada, "Lei das Sociedades por Ações"); e (ii) a ata da Reunião Roma deverá ter sido arquivada na Junta Comercial;
- II. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ter sido (i) inscritos na Junta Comercial, nos termos do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) registrados nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Comarcas de Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e Paulista, em função da garantia fidejussória ora prestada, nos termos dos artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada;
- III. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. As Debêntures somente poderão ser adquiridas por e negociadas entre investidores qualificados ("Investidores Qualificados"), assim definidos nos termos



do artigo 4º da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 ("Instrução CVM 476"), e somente poderão ser negociadas no mercado secundário depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476 e do cumprimento pela emissora das obrigações contidas no artigo 17 da referida Instrução CVM 476;

- IV. *dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM")*. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"), e, portanto, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a CVM;
- V. *registro das Garantias (conforme abaixo definido)*. As Garantias deverão ter sido registradas, na forma prevista nos Aditamentos aos Contratos de Garantia (conforme definido abaixo), nos competentes cartórios de Registro de Títulos e Documentos e no Livro de Registro de Ações da Emissora, conforme o caso;
- VI. *alteração do estatuto social da Emissora*. Recebimento, pelo Agente Fiduciário, de cópia autenticada da ata da assembleia geral extraordinária da Emissora, devidamente registrada na Junta Comercial, aprovando a alteração do estatuto social da Emissora na forma prevista no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido), em forma satisfatória aos Debenturistas; e
- VII. *dispensa de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")*. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto social: (i) tratamento de arquivos e sistemas de gerenciamento informatizados; (ii) consultoria e desenvolvimento de metodologia em arquivos; (iii) prestação de serviços de triagem, organização, arquivamento e armazenamento de documentos em geral; (iv) custódia e locação e bens próprios ou de terceiros; (v) locação de equipamentos de informática; (vi) prestação de serviços de gerenciamento e guarda de documentos; (vii) prestação de serviços de assessoria e consultoria de informática em geral; (viii) auditoria em processos e dossiê em geral; (ix) digitalização e microfilmagem de documentos em geral; (x) desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas de informação em geral; (xi) gestão,



armazenagem, movimentação e transporte de materiais, medicamentos, suprimentos, inclusive hospitalares, bem como o exercício das funções de armazém-geral, destinado à recepção e movimentação de bens de terceiros; (xii) desenvolvimento e comercialização de sistemas tecnológicos de gestão de fornecimentos de materiais, medicamentos e suprimentos, inclusive hospitalares; (xiii) desenvolvimento de programa de computador (*software*); (xiv) licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computador, inclusive distribuição; (xv) consultoria, projeto e implantação de sistemas com certificação digital, incluindo ICP Brasil; (xvi) consultoria em modelagem, análise e redesenho de processos de negócio – BPM (*Business Process Management*); (xvii) gerenciamento eletrônico de documentos; digitalização de microfilmes; (xviii) processamento de imagens e dados; (xix) implantação de soluções de segurança da informação; (xx) gerenciamento de projetos; (xxi) consultoria, projeto, implantação, suporte, manutenção e gerenciamento de soluções integradas da informação em geral; (xxii) terceirização de processos de negócios através da metodologia de integração de soluções operacionais e tecnologias – BPO (*Business Process Outsourcing*); (xxiii) prestação de serviços de digitação e indexação; (xxiv) preparação, organização e higienização de documentos; (xxv) transporte rodoviário de cargas em geral; (xxvi) desenvolvimento e fornecimento de produtos e prestação de serviços em automação industrial e comercial; (xxvii) compra, venda, armazenamento e transporte de medicamentos específicos; (xxviii) prestação de serviços de *Call Center* e *Help Desk*; e (xxix) participação em outras sociedades como associada, sócia ou acionista.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita serão utilizados integralmente (i) no resgate antecipado da nota promissória comercial emitida pela Emissora em 12 de agosto de 2011, no valor de R\$33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais) ("Nota Promissória"), (ii) para liquidação de dívidas de curto prazo junto ao Banco do Brasil S.A., incluindo a operação de capital de giro "BB Capital de Giro 335501925", no valor total de R\$1.893.184,79 (um milhão, oitocentos e noventa e três mil, cento e oitenta e quatro reais e setenta e nove centavos); e (iii) o saldo para capital de giro e utilização no curso normal dos negócios da Emissora.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição e sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 e do "Contrato de Coordenação, Colocação e



Distribuição da Segunda Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Duas Séries, de TCI BPO – Tecnologia, Conhecimento e Informação S.A." ("Contrato de Distribuição").

- 5.1.1 Em observância ao disposto na Instrução CVM 476, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados; e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.
- 5.1.2 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.
- 5.1.3 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, os Investidores Qualificados assinarão declaração atestando estar cientes de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão; e (iii) efetuaram sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora e sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias.
- 5.2 *Forma de Integralização e Preço de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, sendo que: (i) as Debêntures da Primeira Série serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a Data de Integralização ("Preço de Integralização da Primeira Série"); e (ii) as Debêntures da Segunda Série serão integralizadas pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Integralização da Segunda Série" e, em conjunto com o Preço de Integralização da Primeira Série, "Preço de Integralização").

6. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 2ª (segunda) emissão para distribuição pública de Debêntures da Emissora.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão é de R\$66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor de Emissão").
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 66 (sessenta e seis) Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo.

- 6.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"). Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures.
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em 2 (duas) séries: (i) a primeira série será composta por 33 (trinta e três) debêntures ("Debêntures da Primeira Série"); e (ii) a segunda série será composta por 33 (trinta e três) debêntures ("Debêntures da Segunda Série").
- 6.5.1 Ressalvadas as referências expressas às Debêntures da Primeira Série ou às Debêntures da Segunda Série, todas as referências às "Debêntures" devem ser entendidas como referências às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, em conjunto.
- 6.6 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriturador (conforme abaixo definido). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade o extrato expedido pela CETIP em nome dos Debenturistas para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND.
- 6.7 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 6.8 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, na forma do disposto no artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, contando, ainda, com garantia fidejussória dos Fiadores, nos termos da Cláusula 6.11 abaixo.
- 6.9 *Banco Mandatário e Agente Escriturador.* O banco mandatário da Emissão ("Banco Mandatário") e a instituição depositária e agente escriturador das Debêntures ("Agente Escriturador") é o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12.
- 6.10 *Garantias Reais.* Em garantia do integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas ou que venham a ser assumidas pela Emissora relativas às Debêntures e demais obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, foram constituídas as seguintes garantias (em conjunto, as "Garantias"): (i) cessão fiduciária em garantia aos Debenturistas, representados no Contrato de Cessão de Direitos (conforme definido abaixo) pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 1.361 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965 ("Lei 4.728/65"), dos direitos creditórios da Emissora, da TCI Saúde e Suprimentos em

Saúde Ltda. ("TCI Saúde") e da RH Build Up – Terceirização e Assessoria em Recursos Humanos S.A. ("RH Build Up") ("Direitos Creditórios Cedidos em Garantia das Debêntures") decorrentes (a) de contratos de prestação de serviços celebrados com clientes da Emissora, da TCI Saúde e da RH Build Up listados de tempos em tempos no Anexo I ao Contrato de Cessão de Direitos (conforme definido abaixo) ("Direitos Creditórios – Clientes"), (b) das seguintes contas correntes: (x) conta corrente nº 52459, mantida pela Emissora junto ao Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Banco Credit Suisse"), agência nº 0001 ("Conta Vinculada TCI BPO"), a qual receberá os valores referentes aos Direitos Creditórios – Clientes de titularidade da Emissora, bem como as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos depositados na Conta Vinculada TCI BPO; (y) conta corrente nº 54086, mantida pela TCI Saúde junto ao Banco Credit Suisse, agência nº 0001 ("Conta Vinculada TCI Saúde"), a qual receberá os valores referentes aos Direitos Creditórios – Clientes de titularidade da TCI Saúde, bem como as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos depositados na Conta Vinculada TCI Saúde; e (z) conta corrente nº 54091, mantida pela RH Build Up junto ao Banco Credit Suisse, agência nº 0001 ("Conta Vinculada RH Build Up"), a qual receberá os valores referentes aos Direitos Creditórios – Clientes de titularidade da RH Build Up, bem como as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos depositados na Conta Vinculada RH Build Up; (c) de contas correntes, identificadas no Anexo II do Contrato de Cessão de Direitos, mantidas pela Emissora, pela TCI Saúde e pela RH Build Up com as instituições arrecadoras de Direitos Creditórios – Clientes ("Agentes de Arrecadação") em que sejam pagos os Direitos Creditórios – Clientes cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" datado de 25 de maio de 2011, entre a Emissora, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas da Primeira Emissão (conforme abaixo definido) (o "Agente Fiduciário da Primeira Emissão"), o Agente Fiduciário e Banco Credit Suisse, na qualidade de Banco Depositário (conforme aditado em 8 de agosto de 2011 e por meio do aditamento firmado nesta data entre a Emissora, o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, o Agente Fiduciário e o Banco Credit Suisse ("Aditamento ao Contrato de Cessão de Direitos"), e de tempos em tempos, o "Contrato de Cessão de Direitos"), bem como as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com recursos depositados em tais contas. Os Direitos Creditórios cedidos fiduciariamente em



garantia das Debêntures deverão ter valor mensal médio, calculado trimestralmente no último dia de cada trimestre do ano civil com base nos seis meses anteriores encerrando-se na data de verificação, conforme metodologia especificada no Contrato de Cessão de Direitos, correspondente no mínimo ao menor valor entre (x) R\$13.200.000,00 (treze milhões e duzentos mil reais) e (y) 25% (vinte e cinco por cento) do saldo devedor da totalidade das Debêntures; e

- (ii) (a) alienação fiduciária de 3.059.820 (três milhões, cinquenta e nove mil, oitocentas e vinte) ações ordinárias nominativas de emissão da Emissora, de titularidade da Fiadora Pessoa Jurídica, representando 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Emissora ("Ações Alienadas"), nos termos do artigo 66-B da Lei 4.728/65 e do artigo 40 da Lei das Sociedades por Ações, (b) cessão fiduciária de todos os direitos econômicos inerentes às Ações Alienadas, presentes e futuros, inclusive direitos creditórios decorrentes do pagamento de lucros, juros sobre capital próprio, dividendos e/ou quaisquer outros frutos ou rendimentos relativos às Ações Alienadas, bem como todos os direitos econômicos inerentes às ações adicionais de emissão da Emissora que a Fiadora Pessoa Jurídica venha a subscrever ou adquirir no futuro e que devam ser alienadas fiduciariamente ao Agente Fiduciário nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido) ("Direitos Econômicos"), os quais deverão ser pagos única e exclusivamente na conta nº 53043, agência nº 0001, mantida pela Fiadora Pessoa Jurídica junto ao Banco Credit Suisse (a "Conta Fiadora Pessoa Jurídica"); e (c) cessão fiduciária dos direitos da Fiadora Pessoa Jurídica contra o Banco Credit Suisse (Brasil) S.A. com relação à Conta Fiadora Pessoa Jurídica, bem como todas as aplicações financeiras existentes ou feitas de tempos em tempos com os recursos depositados em e/ou vinculados à Conta Fiadora Pessoa Jurídica, nos termos do "Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos" datado de 25 de maio de 2011, entre a Emissora, Roma, Roberto, Agente Fiduciário da Primeira Emissão, o Agente Fiduciário e Banco Credit Suisse, na qualidade de banco depositário (conforme aditado por meio do aditamento firmado nesta data entre a Emissora, Roma, Roberto, o Agente Fiduciário da Primeira Emissão, o Agente Fiduciário e o Banco Credit Suisse ("Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações" e, em conjunto com o Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, os "Aditamentos aos Contratos de Garantia"), e de tempos em tempos, o "Contrato de Alienação Fiduciária de Ações" e, em conjunto com o Contrato de Cessão de Direitos, os "Contratos de Garantia"). Cumpre esclarecer que, com base nas demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício



social encerrado em 31 de dezembro de 2010, o valor patrimonial das ações de emissão da Emissora equivale a R\$51.572.872,00 (cinquenta e um milhões, quinhentos e setenta e dois mil e oitocentos e setenta e dois reais), sendo certo que o percentual de 51,06% (cinquenta e um por cento) do capital social da Emissora corresponde a R\$26.300.618,53 (vinte e seis milhões, trezentos mil e seiscentos e dezoito reais e cinquenta e três centavos).

6.10.1 As Garantias serão compartilhadas entre os Debenturistas e os titulares de tempos em tempos das debêntures não conversíveis em ações, com garantia real e fidejussória, emitidas no âmbito da oferta pública, com esforços restritos de distribuição, da primeira emissão da Emissora, no valor de R\$66.000.000,00 (sessenta e seis milhões de reais), estruturada por Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. e BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento ("Primeira Emissão") de forma "pari passu" e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão, nos termos do Instrumento Particular de Contrato de Compartilhamento de Garantia, a ser celebrado entre o Agente Fiduciário e o Agente Fiduciário da Primeira Emissão ("Compartilhamento de Garantias").

6.11 *Garantia Fidejussória.*

6.11.1 Os Fiadores, neste ato, obrigam-se, solidariamente com a Emissora e entre si, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadores, principais pagadores e solidariamente responsáveis por todas as obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, observado o disposto na Cláusula 6.11.4 abaixo, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil, e do artigo 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (conforme alterada, "Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive a remuneração prevista no inciso I, da Cláusula 8.12 abaixo, ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão (em conjunto, as "Obrigações Garantidas"). Os valores aqui referidos deverão ser pagos pelos Fiadores em até 2 (dois) dias úteis contados do recebimento de notificação escrita enviada pelo Agente Fiduciário para a Emissora e os Fiadores nesse



sentido (a fiança prestada nos termos aqui previstos, do ~~avante~~ referida como "Fiança"), sendo este pagamento realizado fora do âmbito da CETIP.

- 6.11.2 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.
- 6.11.3 Os Fiadores desde já concordam e obrigam-se a somente exigir e/ou demandar da Emissora qualquer valor por eles honrado nos termos da Fiança após os Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos nos termos desta Escritura de Emissão.
- 6.11.4 Nos termos do artigo 823 do Código Civil, caso a participação societária total direta e indiretamente detida por Roberto na Emissora seja reduzida em mais de 10% (dez por cento) (sem contar transferências de participações societárias diretas ou indiretas que passem a pertencer direta ou indiretamente ao cônjuge de Roberto e respectivos parentes até terceiro grau e respectivos cônjuges de tais parentes), em operação ou série de operações que impliquem aumento de capital da Emissora em valor total igual ou superior a R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) a contar da Data de Emissão, subscrito por subscritores que não sejam Partes Relacionadas (conforme definido abaixo) à Emissora e que já tenha sido totalmente integralizado em dinheiro ou em bens negociados em bolsa de valores cujo valor de mercado corresponda no mínimo a tal valor, a parcela das Obrigações Garantidas afiançadas por Roberto em razão da Fiança por ele aqui prestada será reduzida de 100% (cem por cento) proporcionalmente à redução no total da participação detida direta e indiretamente na Emissora na Data de Emissão por Roberto, seu cônjuge e respectivos parentes até terceiro grau e respectivos cônjuges de tais parentes, sendo certo que caso Roberto, seu cônjuge e respectivos parentes até terceiro grau e respectivos cônjuges de tais parentes voltem a aumentar sua participação societária na Emissora em qualquer valor, direta ou indiretamente, o percentual das Obrigações Garantidas por ele afiançadas pela Fiança será novamente aumentado proporcionalmente a tal aumento subsequente de participação societária.
- 6.12 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 7 de novembro de 2011 ("Data de Emissão").
- 6.13 *Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, as Debêntures vencerão em 25 de maio de 2016 ("Data de Vencimento").
- 6.14 *Amortização do Valor Nominal Unitário.* As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão amortizadas de acordo com o disposto a seguir.



6.14.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 15 (quinze) parcelas trimestrais e sucessivas devidas em cada Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série (conforme definido abaixo), conforme tabela a seguir, sendo a primeira devida em 25 de novembro de 2012, e a última parcela na devida na Data de Vencimento:

PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO (EM RELAÇÃO AO VALOR NOMINAL UNITÁRIO NA DATA DE EMISSÃO)		DATA DE PAGAMENTO
1.	6,6666% (seis vírgula seis mil seiscentos e sessenta e seis por cento)	25.11.2012
2.	6,6666% (seis vírgula seis mil seiscentos e sessenta e seis por cento)	25.02.2013
3.	6,6666% (seis vírgula seis mil seiscentos e sessenta e seis por cento)	25.05.2013
4.	6,6666% (seis vírgula seis mil seiscentos e sessenta e seis por cento)	25.08.2013
5.	6,6666% (seis vírgula seis mil seiscentos e sessenta e seis por cento)	25.11.2013
6.	6,6666% (seis vírgula seis mil seiscentos e sessenta e seis por cento)	25.02.2014
7.	6,6666% (seis vírgula seis mil seiscentos e sessenta e seis por cento)	25.05.2014
8.	6,6666% (seis vírgula seis mil seiscentos e sessenta e seis por cento)	25.08.2014
9.	6,6666% (seis vírgula seis mil seiscentos e sessenta e seis por cento)	25.11.2014
10.	6,6666% (seis vírgula seis mil seiscentos e sessenta e seis por cento)	25.02.2015
11.	6,6666% (seis vírgula seis mil seiscentos e sessenta e seis por cento)	25.05.2015
12.	6,6666% (seis vírgula seis mil seiscentos e sessenta e seis por cento)	25.08.2015
13.	6,6666% (seis vírgula seis mil seiscentos e sessenta e seis por cento)	25.11.2015
14.	6,6666% (seis vírgula seis mil seiscentos e sessenta e seis por cento)	25.02.2016
15.	6,6676% (seis vírgula seis mil seiscentos e setenta e seis por cento)	25.05.2016

6.14.2 O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 13 (treze) parcelas trimestrais e sucessivas devidas em cada Data de

Pagamento da Remuneração da Segunda Série (conforme definido abaixo), conforme tabela a seguir, sendo a primeira devida em 25 de maio de 2013, e a última parcela na devida na Data de Vencimento.

PERCENTUAL DE AMORTIZAÇÃO (EM RELAÇÃO AO VALOR NOMINAL UNITÁRIO NA DATA DE EMISSÃO)	DATA DE PAGAMENTO
7,6923% (sete vírgula seis mil e novecentos e vinte e três por cento)	25.05.2013
7,6923% (sete vírgula seis mil e novecentos e vinte e três por cento)	25.08.2013
7,6923% (sete vírgula seis mil e novecentos e vinte e três por cento)	25.11.2013
7,6923% (sete vírgula seis mil e novecentos e vinte e três por cento)	25.02.2014
7,6923% (sete vírgula seis mil e novecentos e vinte e três por cento)	25.05.2014
7,6923% (sete vírgula seis mil e novecentos e vinte e três por cento)	25.08.2014
7,6923% (sete vírgula seis mil e novecentos e vinte e três por cento)	25.11.2014
7,6923% (sete vírgula seis mil e novecentos e vinte e três por cento)	25.02.2015
7,6923% (sete vírgula seis mil e novecentos e vinte e três por cento)	25.05.2015
7,6923% (sete vírgula seis mil e novecentos e vinte e três por cento)	25.08.2015
7,6923% (sete vírgula seis mil e novecentos e vinte e três por cento)	25.11.2015
7,6923% (sete vírgula seis mil e novecentos e vinte e três por cento)	25.02.2016
7,6924% (sete vírgula seis mil e novecentos e vinte e	25.05.2016

quatro por cento)	
-------------------	--

6.15 *Remuneração.* As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão igualmente remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

6.15.1 *Remuneração da Primeira Série.* A remuneração das Debêntures da Primeira Série será a seguinte:

- I. As Debêntures da Primeira Série farão jus a remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias referenciais dos Depósitos Interfinanceiros (CDI Extragrupo) apuradas e divulgadas pela CETIP em sua página na Internet (www.cetip.com.br), expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis ("Taxa DI"), acrescida de acordo com a fórmula apresentada abaixo, de uma sobretaxa de 3,8% (três inteiros e oito décimos) ao ano (Fator *Spread*, conforme abaixo definido), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração da Primeira Série").
- II. A Remuneração da Primeira Série será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente sobre o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da Primeira Série desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série (conforme abaixo definido), até a data do seu efetivo pagamento (inclusive), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J: valor da remuneração unitária devida no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe: Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da Primeira Série no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros: fator de juros compostos pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde:}$$



FatorDI: produtório dos fatores das Taxas DI, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

, onde:

n: número total de fatores das Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização da Primeira Série, sendo "n" um número inteiro;

k: número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k : fator da Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

, onde:

DI_k Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread: sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

, onde:

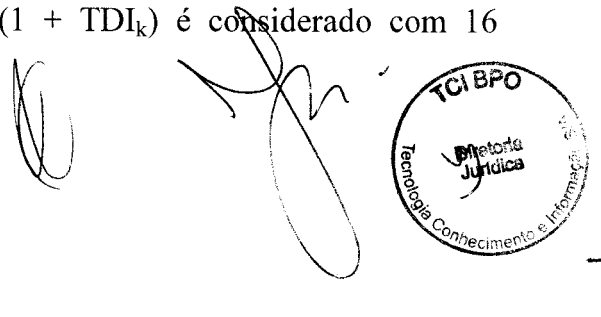
Spread: significa 3,8000.

DP: número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior (exclusive) e a data atual (inclusive), sendo "DP" um número inteiro.

Observações aplicáveis ao cálculo da Remuneração da Primeira Série:

(i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;

(ii) O fator resultante da expressão $(1 + \text{TDI}_k)$ é considerado com 16



(dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

(iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

(iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

(v) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{FatorSpread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

III. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, (i) a Remuneração da Primeira Série será devida desde a Data de Emissão e será paga trimestralmente no dia 25 de cada mês de fevereiro, maio, agosto e novembro após a Data de Emissão e na Data de Vencimento, sendo a primeira data de pagamento o dia 25 de novembro de 2011 (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série").

IV. O período de capitalização da Remuneração da Primeira Série é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização da Primeira Série, ou na Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização da Primeira Série, e termina na Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série do respectivo período (inclusive) ("Período de Capitalização da Primeira Série").

6.15.2 *Remuneração da Segunda Série.* A remuneração das Debêntures da Segunda Série será a seguinte:

I. As Debêntures da Segunda Série farão jus a remuneração equivalente à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias referenciais dos Depósitos Interfinanceiros (CDI Extragrupo) apuradas e divulgadas pela CETIP em sua página na Internet (www.cetip.com.br), expressas na forma percentual ao ano e calculadas diariamente sob forma de capitalização composta, com base em um ano de 252 dias úteis ("Taxa DI"), acrescida de acordo com a fórmula apresentada abaixo, de uma sobretaxa de 3,8% (três inteiros e oito décimos) ao ano (FatorSpread, conforme abaixo definido), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração da Segunda Série") e quando se referindo indistintamente às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, "Remuneração").

II. A Remuneração da Segunda Série será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente sobre o



saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da Segunda Série desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série (conforme abaixo definido) imediatamente anterior (exclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento (inclusive), de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J: valor da remuneração unitária devida no final de cada Período de Capitalização da Segunda Série (conforme abaixo definido), calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe: Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da Segunda Série no início de cada Período de Capitalização da Segunda Série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros: fator de juros compostos pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde:}$$

FatorDI: produtório dos fatores das Taxas DI, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento(exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

, onde:

n: número total de fatores das Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização da Segunda Série, sendo "n" um número inteiro;

k: número de ordem dos fatores das Taxas DI, variando de 1 até n;

TDI_k : fator da Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma;



$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

, onde:

DI_k Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread: sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}, \text{ onde:}$$

Spread: significa 3,8000.

DP: número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

Observações aplicáveis ao cálculo da Remuneração da Segunda Série:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) O fator resultante da expressão $(\text{Fator DI} \times \text{FatorSpread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

- III. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, (i) a Remuneração da Segunda Série será devida desde a Data de Emissão e será paga trimestralmente no dia 25 de cada mês de fevereiro, maio, agosto e novembro após a Data de Emissão e na Data de Vencimento, sendo a

primeira data de pagamento o dia 25 de novembro de 2011 (cada uma, uma "Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série" e quando se referindo indistintamente às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, "Data de Pagamento da Remuneração").

- IV. O período de capitalização da Remuneração da Segunda Série é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização da Segunda Série, ou na Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização da Segunda Série, e termina na Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série do respectivo período (inclusive) ("Período de Capitalização da Segunda Série" e quando se referindo indistintamente às Debêntures da Primeira Série e às Debêntures da Segunda Série, "Período de Capitalização").
- 6.15.3 Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será utilizada na apuração de TDI_k a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.
- 6.15.4 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (de ambas as séries) (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.
- 6.15.5 Na hipótese prevista na Cláusula 6.15.4 acima, caso não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série e das



Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em Circulação (conforme definido na Cláusula 9.6 abaixo), a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em Circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures acrescido da remuneração referente a série em questão, relativa ao período até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série ou Data de Pagamento da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso. Nesta alternativa, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração da Primeira Série e da Remuneração da Segunda Série, conforme o caso, será a última Taxa DI disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em Circulação, com sua consequente liquidação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta alternativa, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das respectivas Debêntures em Circulação. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, e até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em Circulação, as Debêntures da Primeira Série ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, farão jus à nova remuneração a ser definida pelos Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, de forma razoável e apresentada à Emissora na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.15.4 acima, a qual obedecerá as disposições legais vigentes.

6.15.6 Os Fiadores desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 6.15.3 e 6.15.4 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil,



mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. Os Fiadores, desde já concordam e obrigam-se a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto nas Cláusulas 6.15.3 e 6.15.4 acima.

- 6.16 *Repactuação.* Não haverá repactuação programada.
- 6.17 *Resgate Antecipado Facultativo.* Não haverá resgate antecipado facultativo.
- 6.18 *Liberação do Valor de Integralização das Debêntures.* Os recursos decorrentes da integralização das Debêntures serão utilizados integralmente (i) no resgate antecipado da Nota Promissória, devendo tais recursos ser creditados na conta nº 78952-2, agência nº 0445, mantida pela Emissora junto ao Itaú Unibanco S.A. (banco 341), para fins de pagamento dos valores devidos ao titular da Nota Promissória; (ii) para liquidação de dívidas de curto prazo junto ao Banco do Brasil S.A., incluindo a operação de capital de giro "BB Capital de Giro 335501925", no valor total de R\$1.893.184,79 (um milhão, oitocentos e noventa e três mil, cento e oitenta e quatro reais e setenta e nove centavos); e (iii) o saldo para capital de giro e utilização no curso normal dos negócios da Emissora.
- 6.19 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão, ainda, sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, e multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, além da Remuneração, que continuará a incidir sobre o débito em atraso à taxa prevista nesta Escritura de Emissão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios").
- 6.20 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* A eventual indisponibilidade do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
- 6.21 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas no SND ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP.
- 6.22 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes

ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário no local da sede da Emissora, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos.

6.23 *Vencimento Antecipado.* Observado o disposto nas Cláusulas 6.23.1, 6.23.2, 6.23.3 e 6.23.4 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive) (e, ainda, dos Encargos Moratórios, conforme o caso, de acordo com o previsto na Cláusula 6.23.4 abaixo), na ciência da ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Vencimento Antecipado"):

- I. inadimplemento, por parte da Emissora e/ou dos Fiadores, com relação ao pagamento da amortização do Valor Nominal Unitário, da Remuneração e/ou de qualquer outra obrigação pecuniária relativa às Debêntures, desde que o referido inadimplemento não seja sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis, com relação ao pagamento de Valor Nominal Unitário e Remuneração, ou 5 (cinco) dias úteis, com relação ao pagamento de qualquer outra obrigação pecuniária relativa às Debêntures, observado, no entanto, o disposto na Cláusula 6.19 acima;
- II. descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer Fiador, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão que não seja regularizado no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que lhe for enviado diretamente pelo Agente Fiduciário e/ou por qualquer dos Debenturistas, individualmente ou em conjunto;
- III. descumprimento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme prevista na Cláusula 4.1 desta Escritura de Emissão;
- IV. inadimplemento ou vencimento antecipado (e/ou ocorrência de qualquer evento ou o não cumprimento de qualquer obrigação que enseje ao respectivo credor o direito de declarar o vencimento antecipado) de qualquer obrigação financeira da Emissora, qualquer Fiador e/ou qualquer Controlada da Emissora: (i) junto ao Banco Itaú BBA S.A. ou qualquer pessoa integrante do Grupo Itaú,



independentemente do valor; ou (ii) junto a qualquer outro credor, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) ("Valor Mínimo"), salvo se tal inadimplemento for sanado dentro dos prazos de cura ou correção previstos nos respectivos instrumentos;

- V. protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora, qualquer Fiador e/ou qualquer Controlada da Emissora, seja responsável, ainda que na condição de garantidor, e cujo valor, individual ou agregado, seja superior ao valor de R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), salvo se, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora ou pelo Fiador que (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado ou sustado; ou (iii) foi apresentada defesa e prestadas as devidas garantias em juízo;
- VI. execução de títulos contra a Emissora, qualquer Fiador e/ou qualquer Controlada da Emissora, cujo valor agregado não pago, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse o valor de R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), e desde que permaneça não pago por um período de 10 (dez) dias úteis ou mais, salvo se (i) forem apresentadas garantias suficientes para garantir o pagamento em juízo, no prazo legal; ou (ii) o título ou sua execução esteja sendo contestado por procedimento tempestivamente instaurado e conduzido em observância aos prazos legais de modo a se obter o cancelamento ou sustação do protesto, e, em qualquer caso, a sua execução ou garantias prestadas não recaia sobre bens ou direitos da Emissora, dos Fiadores ou de Controladas da Emissora de valor superior ao valor de Gravames permitido nesta Escritura de Emissão;
- VII. dissolução ou extinção da Emissora, decretação de falência e/ou insolvência da Emissora, dos Fiadores, conforme aplicável, e/ou de qualquer Controlada da Emissora;
- VIII. (a) pedido de falência, insolvência ou recuperação judicial ou proposta de recuperação extrajudicial pela Emissora, qualquer Fiador e/ou qualquer Controladora ou Controlada da Emissora; ou (b) requerimento de falência ou insolvência da Emissora, qualquer Fiador e/ou de qualquer Controladora ou Controlada da Emissora, direta ou indiretamente, proposto por terceiros, não elidido, com relação a este item (b), no prazo legal;
- IX. cisão, fusão ou incorporação da Emissora, da Fiadora Pessoa Jurídica, e/ou de qualquer sociedade Controlada da Emissora, salvo se tal alteração societária for previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) da

totalidade das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim, observado o disposto na Cláusula 6.24 abaixo ou em caso de reestruturação societária envolvendo a Emissora e suas Controladas que não implique Mudança de Controle (conforme abaixo definido) e desde que a sociedade resultante de tal reestruturação societária assuma as obrigações decorrentes das Debêntures e que a operação de reestruturação seja aprovada por Debenturistas, representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) da totalidade das Debêntures em Circulação, em Assembleia de Debenturistas convocada para esse fim;

- X. transferência, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por Debenturistas que representem 100% (cem por cento) da totalidade das Debêntures em Circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- XI. pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista acima do dividendo mínimo obrigatório, o qual não poderá ser superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações;
- XII. não renovação ou o cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e/ou licenças, inclusive ambientais, que sejam exigidas por lei e de responsabilidade legal da Emissora ou qualquer Controlada da Emissora e relevantes para a operação das atividades conduzidas pela Emissora ou por Controladas da Emissora na forma em que atualmente conduzidas, exceto se (i) dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de tal não renovação, cancelamento, suspensão ou revogação, a Emissora comprovar a existência de provimento judicial autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora e/ou da respectiva Controlada da Emissora, até a renovação ou a obtenção da referida autorização ou licença, ou (ii) em 30 (trinta) dias da não renovação ou do cancelamento, suspensão ou renovação, forem obtidas pela Emissora e/ou pela respectiva Controlada da Emissora novas autorizações ou licenças; ou (iii) a Emissora e/ou pela respectiva Controlada, dentro de 30 (trinta) dias da não renovação ou do cancelamento, suspensão ou renovação, conteste, de boa fé e pelos meios adequados, qualquer desses atos e obtenha medida cautelar ou liminar em seu favor suspendendo os efeitos da não renovação ou cancelamento, revogação ou suspensão;
- XIII. a Emissora deixe de ter como atividade uma ou mais das atividades descritas nos itens (i), (ii), (iii), (iv), (v), (vi), (viii), (ix), (x), (xi), (xii),



(xiii), (xv), (xvi), (xvii), (xviii), (xix), (xx) e (xxviii) da Cláusula 3-1 acima;

XIV. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

XV. redução do capital social da Emissora e/ou da Fiadora Pessoa Jurídica;

XVI. se a Emissora e/ou qualquer de suas Controladas, sem a prévia anuência de Debenturistas titulares de 85% (oitenta e cinco por cento) da totalidade das Debêntures em Circulação, (i) realizar ou conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ou adiantamentos, e/ou quaisquer pagamentos por conta de reorganização societária, incluindo mas não se limitando a pagamentos por conta de redução de capital, a qualquer Parte Relacionada (conforme abaixo definido), direta ou indiretamente; (ii) efetuar qualquer investimento em qualquer Parte Relacionada (incluindo através da subscrição de ações, concessões de empréstimos ou adiantamentos ou transferência de propriedade); (iii) arrendar, vender, transferir ou dispuser de qualquer ativo, tangível ou intangível, para qualquer Parte Relacionada; ou (iv) participar de, ou realizar, qualquer operação com qualquer Parte Relacionada; em qualquer caso, a menos que a referida operação ou série de transações seja(m) realizada(s) em termos e condições não menos favoráveis do que aqueles que seriam obtidos em uma operação comparável, em termos estritamente comerciais, com uma entidade que não seja uma Parte Relacionada;

Para os fins desta Escritura de Emissão, (i) "Parte Relacionada" significa os Fiadores, qualquer Afiliada, qualquer sociedade Controlada, direta ou indiretamente, por tais pessoas, assim como qualquer administrador ou parente até o 3º (terceiro) grau, ou cônjuge ou companheiro de administrador, de qualquer das pessoas aqui referidas e qualquer sociedade Controlada, direta ou indiretamente, por administrador ou parente até o 3º (terceiro) grau, ou cônjuge ou companheiro de administrador, de qualquer das sociedades aqui referidas; e (ii) "Afiliada" significa, com relação a qualquer pessoa ou entidade, qualquer sociedade que, direta ou indiretamente, através de um ou mais intermediários, Controle, seja Controlada ou esteja sob Controle comum a/por/com a tal pessoa ou entidade;

XVII. se o saldo de Caixa e Aplicações Financeiras (conforme abaixo definido) tornar-se inferior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), corrigido por 100% (cem por cento) da Taxa DI em cada aniversário da Data de Emissão ("Caixa Mínimo"), conforme verificado mensalmente até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao último dia de cada mês calendário, com base nos extratos bancários a serem

enviados pela Emissora ao Agente Fiduciário com, pelo menos, 5 (cinco) dias de antecedência de cada data de verificação, com comprovação que tais recursos não estejam submetidos a qualquer ônus, impedimento ou gravame e que não estejam garantindo qualquer obrigação de pagar, devida por si ou por qualquer terceiro, exceto os ônus decorrentes dos Contratos de Garantia (comprovação esta que poderá consistir em declaração dos bancos emitentes dos extratos apresentados de que não foi notificado de qualquer ônus, impedimento ou gravame com relação a tais recursos ou as contas em que estejam depositados);

XVIII. não observância dos seguintes limites e índices financeiros, calculados com relação às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, (os "Covenants Financeiros"):

- (1) a ser verificada trimestralmente no último dia de cada trimestre, a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses, para cada trimestre, deverá ser inferior a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos); e
- (2) a ser verificada trimestralmente no último dia de cada trimestre, a razão entre a Dívida Líquida de Curto-Prazo e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses, para cada trimestre, deverá ser inferior a 1,00 (um).

Para os fins desta Escritura de Emissão:

- (i) "Caixa e Aplicações Financeiras" significa caixa e aplicações financeiras consolidadas de liquidez imediata que não estejam submetidos a qualquer ônus, impedimento ou gravame e que não estejam garantindo qualquer obrigação de pagar, devida por si ou por qualquer terceiro, exceto os ônus decorrentes dos Contratos de Garantia;
- (ii) "Dívida Bruta" significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, exceto contas a pagar com fornecedores, incluindo, mas não limitado a, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, o somatório dos avais, fianças, penhores e garantias prestadas a terceiros, antecipação de recebíveis, dívidas tributárias, bem como valores a pagar a acionistas (exceto aqueles relativos aos Direitos Econômicos), líquido do saldo a receber (ou acrescido do saldo a pagar) de contratos de derivativos, incluindo hedge e/ou swap;

- (iii) "Dívida Líquida" significa o montante de Dívida Bruta (conforme definido abaixo) deduzido do saldo em Caixa e Aplicações Financeiras (conforme definido abaixo);
 - (iv) "Dívida Líquida de Curto-Prazo" significa o montante de Dívida de Curto-Prazo (conforme definido abaixo) deduzido do saldo em Caixa e Aplicações Financeiras (conforme definido na Cláusula 6.18); e
 - (v) "Dívida de Curto-Prazo" significa a parcela da Dívida Bruta (conforme definido na Cláusula 6.18) com vencimento previsto para os quatro trimestres subsequentes ao trimestre fiscal de verificação;
 - (vi) "EBITDA" significa o somatório: (a) do lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (b) das despesas de depreciação e amortização, (c) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras, e (d) das despesas não operacionais e/ou não recorrentes deduzidas das receitas não operacionais e/ou não recorrentes ocorridas no mesmo período; e
 - (vii) "EBITDA dos últimos 12 (doze) meses" significa o somatório dos EBITDAs trimestrais consolidados dos quatro últimos trimestres encerrando-se na data de verificação;
- XIX. pagamento pela Emissora de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, bem como qualquer outra forma de transferência de recursos aos acionistas, quando qualquer Evento de Vencimento Antecipado estiver em curso, ou quando estiver em curso qualquer evento ou condição que, após o decurso de prazo ou envio de notificação, ou ambos, possa resultar em qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- XX. se forem prestadas quaisquer garantias ou gravames sobre bens a outros credores pela Emissora, pelos Fiadores, ou se de outra forma forem constituídos, durante o prazo de vigência das Debêntures, quaisquer garantias ou gravames (inclusive alienação ou cessão fiduciária, penhor, hipoteca, usufruto, penhora, sequestro, arresto e arrolamento) ("Gravames") sobre bens da Emissora ou dos Fiadores a outros credores, inclusive sobre quotas e/ou ações do capital social da Emissora ou de sociedades adquiridas com os recursos obtidos com a Oferta Restrita, exceto:
- (1) qualquer garantia ou Gravame relacionado a processos judiciais ou arbitrais que tenham sido movidos em tribunal competente e que

estejam sendo contestados em boa fé, contanto que o valor total dos bens objeto de tais Gravames não exceda 5x (cinco vezes) o Valor Mínimo; e/ou

(2) qualquer garantia ou Gravame relacionado a impostos e outros encargos ou tributos governamentais, cujo pagamento ainda não esteja vencido ou esteja sendo contestado em boa fé mediante processos adequados prontamente movidos e diligentemente conduzidos, contanto que o valor total dos bens objeto de tais Gravames não exceda 5x (cinco vezes) o Valor Mínimo; e/ou

(3) qualquer garantia ou Gravame decorrente da força da lei cujo valor do bem gravado seja inferior a 5x (cinco vezes) o Valor Mínimo; e/ou

(4) renovações ou prorrogações das garantias constituídas por Gravames existentes nesta data, desde que tais renovações ou prorrogações sejam em valores iguais ou inferiores, e em termos e condições subordinados ou em condições substancialmente similares, às garantias renovadas ou prorrogadas; e/ou

(5) a constituição de Gravames em garantia da própria dívida incorrida para financiar a aquisição do bem objeto do Gravame, desde que o Gravame seja constituído simultaneamente ou no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data da aquisição do bem e o valor de aquisição do bem objeto do Gravame não seja superior ao valor da respectiva dívida; e/ou

(6) qualquer garantia ou Gravame relacionado a empréstimos feitos pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, pelo BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. ou pela FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos;

(7) as garantias e Gravames existentes nesta data; e/ou

(8) garantias e Gravames, além dos permitidos nos itens acima e das Garantias, sobre recebíveis, desde que o saldo de recebíveis livres, não sujeito a quaisquer garantias e Gravames além dos previstos nesta Escritura de Emissão, seja sempre superior a 30,0% (trinta por cento) dos recebíveis da Emissora em uma determinada data; e/ou

(9) Gravames decorrentes dos Contratos de Garantia.

Em nenhuma hipótese será permitida a constituição de garantias e Gravames sobre ações de emissão da Emissora ou quotas de emissão da Fiadora Pessoa Jurídica, nos termos dos Contratos de Garantia;

XXI. caso ocorra quaisquer dos eventos listados na Cláusula 7 do Contrato



de Cessão de Direitos;

XXII. caso ocorra quaisquer dos eventos listados na Cláusula 5 do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações; e

XXIII. qualquer nova emissão de valores mobiliários pela Emissora, no mercado local ou internacional, que tenham grau preferencial (sênior) às Debêntures com relação a prioridade de pagamentos (inclusive valores mobiliários emitidos com garantia flutuante), sem limitar, no entanto, a possibilidade de constituição de garantias reais distintas das Garantias que sejam permitidas por esta Escritura de Emissão.

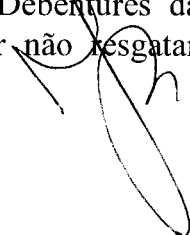
6.23.1 Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nos incisos I, III, IV, VII, VIII, IX, X, XIV, XV e XVI da Cláusula 6.23 acima, será a data em que ocorrer qualquer dos referidos Eventos de Vencimento Antecipado, quando o vencimento antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário, independente de notificação nesse sentido, devendo o Agente Fiduciário, assim que ciente, sem prejuízo do caráter automático do Evento de Vencimento Antecipado e de qualquer direito dos Debenturistas, notificar a Emissora da ocorrência do Evento de Vencimento Antecipado; ou (ii) ocorrendo os demais Eventos de Vencimento Antecipado previstos nos incisos da Cláusula 6.23 acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 6.23.2 abaixo, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.23.2 Na hipótese de ocorrência do disposto na Cláusula 6.23.1(ii) acima, o Agente Fiduciário deverá, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tiver ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, levando-se em conta o respectivo período de cura, se houver, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a efetiva declaração do vencimento antecipado das Debêntures. O Agente Fiduciário deverá notificar a Emissora da convocação da Assembleia Geral de Debenturistas no mínimo 1 (um) dia útil antes da data de sua realização.

6.23.3 Após a realização da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 6.23.2 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração, bem como de outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que Debenturistas que representem, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) da totalidade das Debêntures em Circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.



- 6.23.4 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures de qualquer uma das Séries pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação acrescido da Remuneração aplicável a cada uma das Séries, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive), e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 10 (dez) dias corridos contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios (exceto no caso do evento previsto na Cláusula 6.23, inciso I, caso em que os Encargos Moratórios serão devidos desde a respectiva data em que o pagamento deveria ter sido realizado). Caso o pagamento referido nesta Cláusula seja realizado por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 1 (um) dia útil de antecedência.
- 6.23.5 Para as finalidades dos itens IV, V, VI, VII, VIII, IX, XII e XVI, da Cláusula 6.23 acima e da Cláusula 6.24, fica estabelecido que a Emissora deverá fornecer anualmente ao Agente Fiduciário, nos termos indicados na Cláusula 7.1(I)(a) abaixo: (i) cópia do organograma atualizado do grupo societário da Emissora, incluindo as empresas Controladas, em 31 de dezembro do exercício anterior; e (ii) declaração a respeito da não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas com relação a suas Controladas e Fiadora Pessoa Jurídica. Nesse sentido, fica desde já expressamente estabelecido que o Agente Fiduciário não realizará qualquer verificação independente a respeito da observância dos itens IV, V, VI, VII, VIII, IX, XII e XVI, da Cláusula 6.23 acima no tocante às Controladas da Emissora e Fiadores.
- 6.24 Evento de Mudança de Controle. Caso ocorra uma Mudança de Controle, incluindo, mas não se limitando a, situações resultantes de oferta pública de quaisquer Direitos de Participação Emissora ou Direitos de Participação Afiliada (conforme abaixo definidos) no mercado local e/ou internacional de valores mobiliários, de operações de venda, fusão, cisão ou incorporação, a Emissora ou os Fiadores, conforme aplicável, deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ocorrência da Mudança de Controle ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro resgatar a totalidade das Debêntures em Circulação, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures acrescido da Remuneração aplicável a cada uma das Séries relativa ao período até a data da efetiva amortização, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Com relação às Debêntures da Primeira Série, a Emissora poderá nesta hipótese optar por não resgatar referidas



Debêntures da Primeira Série, mas depositar em conta a ser aberta na ocasião, o valor total das Debêntures da Primeira Série, consubstanciado pelo Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures da Primeira Série acrescido da Remuneração da Primeira Série incorrida e ainda não paga *pro rata temporis* até a data do depósito, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a última Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série, conforme o caso, observado que os recursos depositados na conta aqui referida serão aplicados em certificado de depósito bancário (CDB) de emissão do Itaú Unibanco S.A., Banco Itaú BBA S.A. ou outra instituição do seu grupo econômico, o qual, assim como os direitos sobre a conta assim aberta, deverá ser cedido fiduciariamente em garantia, em favor do Agente Fiduciário, na qualidade de representante da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série, em termos satisfatórios aos Debenturistas da Primeira Série, ficando desde já estabelecido que os Debenturistas e o Agente Fiduciário não assumem qualquer responsabilidade perante a Emissora e os Fiadores por quaisquer perdas financeiras resultantes de qualquer investimento em aplicações financeiras.

6.24.1 As Debêntures objeto do procedimento de resgate descrito na Cláusula 6.24 acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

Para os fins desta Escritura de Emissão, os seguintes termos terão os seguintes significados:

"Controladas Relevantes" significa qualquer Controlada da Emissora: (a) cujos ativos, conforme demonstrações financeiras mais recentes da Emissora, correspondam a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do total dos ativos da Emissora, em bases consolidadas; ou (b) cuja receita bruta no período de 12 (doze) meses encerrando-se na data-base das demonstrações financeiras mais recentes da Emissora represente, no mínimo, 15% (quinze por cento) da receita bruta total da Emissora no mesmo período, em bases consolidadas;

"Controle" (inclusive o termo "Controlada") significa o poder através do qual qualquer pessoa, diretamente ou indiretamente, seja titular de direitos que lhe assegurem preponderância em qualquer tipo de deliberação social ou direção dos negócios de determinada pessoa e o poder de eleger a maioria dos administradores de tal pessoa, por meio de participação societária, contrato, acordo de voto ou de qualquer outra forma;

"Direitos de Participação" significa (a) ações ordinárias, preferenciais, quotas, *units*, ou qualquer outro valor mobiliário ou direito de participação societária ("Direitos de Participação Presente") e (b) quaisquer direitos conversíveis ou permutáveis em qualquer Direito de Participação Presente ou que, pelo seu exercício, possam implicar na aquisição ou subscrição de qualquer Direito de Participação Presente;



"Direitos de Participação Afiliada" significa Direitos de Participação de emissão de uma Afiliada ou relativos a Direitos de Participação de emissão de uma Afiliada, conforme o caso;

"Direitos de Participação Emissora" significa Direitos de Participação de emissão da Emissora ou relativos a Direitos de Participação de emissão da Emissora, conforme o caso;

"Mudança Adversa Relevante" significa qualquer efeito prejudicial relevante na situação (financeira ou de outra natureza), negócio, bens, resultados operacionais e/ou perspectivas da Emissora, dos Fiadores e/ou de suas respectivas Controladas, que afete ou possa afetar, de forma negativa e significativa, a capacidade jurídica e/ou econômico-financeira da Emissora e/ou dos Fiadores, de cumprir suas obrigações financeiras e/ou não financeiras decorrentes desta Escritura de Emissão; e

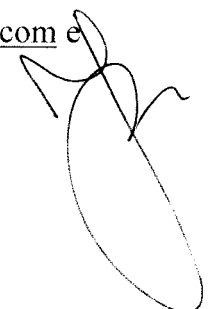
"Mudança de Controle" significa (a) Roberto ou, apenas em caso de seu falecimento, seu cônjuge e/ou filhos, ou, em caso de sua interdição, seu curador legal, deixar de: (i) deter ou ser beneficiário, de forma direta ou indireta, da maioria absoluta das ações com direito a voto da Emissora; ou (ii) ter o Controle da Emissora; ou (b) a Emissora deixar de (i) deter ou ser beneficiária, de forma direta ou indireta, da maioria absoluta das ações com direito a voto de qualquer Controlada Relevante; ou (ii) ter o Controle de qualquer Controlada Relevante.

- 6.25 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no Jornal do Comércio.
- 6.26 *Comunicações.* Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

I. para a Emissora e para os Fiadores:

TCI BPO – TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S.A.
R. Jerônimo da Veiga, 164, 11º andar, Itaim Bibi
04536-001, São Paulo – SP

At.: Sr. Roberto Marinho Filho e Daniel Guedes
Telefone: +55 (11) 3077-0555
Correio Eletrônico: roberto.marinho@tcibpo.com e
daniel.guedes@tcibpo.com



II. para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514
22640-102 Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Srt^a.

Nathalia Machado (Jurídico)

Telefone: +55 (21) 3385-4565

Fac-símile: +55 (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotrustee.com.br /
juridico@pentagonotrustee.com.br

III. para o Agente Escriturador e Banco Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº, Vila Yara

06029-900 Osasco, SP

At: Departamento de Ações e Custódia

Fac-símile: (11) 3864-7911

Correio Eletrônico: 4010.custodiartf@bradesco.com.br

IV. para a CETIP:

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar

01452-001 São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: (11) 3111-1596

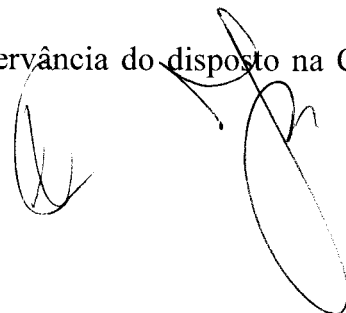
Fac-símile: (11) 3111-1564

Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

6.26.1 As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

6.26.2 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado, em até 2 (dois) dias contados da sua ocorrência.

6.26.3 Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula



6.23.2 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DOS FIADORES

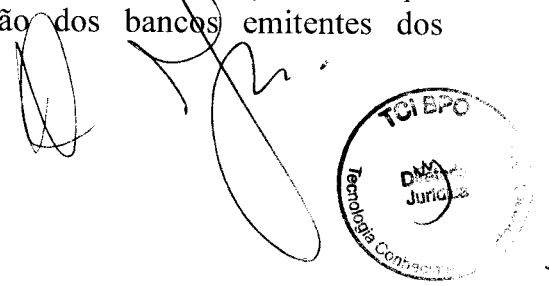
7.1 A Emissora e os Fiadores, conforme aplicável, estão adicionalmente obrigados a:

I. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 3 (três) meses contados do término de cada exercício social, (i) cópia dos demonstrativos financeiros consolidados anuais completos da Emissora, acompanhados de parecer auditado por qualquer uma das seguintes empresas de auditoria independente registradas na CVM: KPMG Auditores Independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ou Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S ("Auditores Independentes"), demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e que não deverão conter qualquer ressalva ("Demonstrações Anuais"); (ii) declaração do Diretor Financeiro ou Diretor Presidente da Emissora atestando o cumprimento ou não das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão, especialmente, mas não se limitando, com relação aos Covenants Financeiros, atestando a efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informação e veracidade dos mesmos, e detalhando, em caso negativo, o motivo do descumprimento; (iii) relatório demonstrando o cálculo dos Índices Financeiros compreendendo a memória de cálculo e as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a verificação de tal cálculo, conforme disposto no inciso XVIII da Cláusula 6.23; e (iv) cópia do organograma atualizado do grupo societário da Emissora, incluindo as empresas Controladas em 31 de dezembro do exercício anterior, acompanhada de declaração a respeito da não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado estabelecidas nos itens IV, V, VI, VII, VIII, IX, XII e XVI, da Cláusula 6.23 acima, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se façam necessários, os quais deverão ser prestados no prazo de 72 horas contados do recebimento, pela Emissora, de respectiva notificação neste sentido;

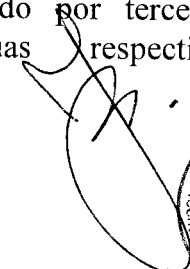


- (b) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos após o término de cada trimestre, excetuado o trimestre encerrado em 31 de dezembro, (i) cópia dos demonstrativos financeiros consolidados trimestrais completos da Emissora, acompanhados, para o primeiro semestre de 2011 e a partir do primeiro trimestre de 2012 (inclusive), de relatório de revisão limitada de qualquer dos Auditores Independentes, devendo os demonstrativos financeiros aqui referidos ser preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil ("Demonstrações Trimestrais"); (ii) declaração do Diretor Financeiro ou Diretor Presidente da Emissora atestando o cumprimento ou não das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão, especialmente, mas não se limitando, aos Covenants Financeiros, atestando a efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informação e veracidade dos mesmos, e detalhando, em caso negativo, o motivo do descumprimento; e (iii) relatório demonstrando o cálculo dos Índices Financeiros compreendendo a memória de cálculo e as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a verificação de tal cálculo, conforme disposto no inciso XVIII da Cláusula 6.23, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se façam necessários, os quais deverão ser prestados no prazo de 72 horas contados do recebimento, pela Emissora, de respectiva notificação neste sentido;
- (c) juntamente com suas Demonstrações Anuais ou Demonstrações Trimestrais, conforme o caso, relatório listando todos os contratos de derivativos que a Emissora e suas Controladas tenham celebrado e estejam em vigor, incluindo seus principais termos e condições;
- (d) dentro de, no máximo, 5 (cinco) dias úteis contados do término de cada mês calendário, extrato com a posição consolidada de Caixa e Aplicações Financeiras da Emissora referente ao último dia do mês calendário anterior à data de recebimento do extrato, o qual será o único meio de comprovação que tais recursos não estejam submetidos a qualquer ônus, impedimento ou gravame e que não estejam garantindo qualquer obrigação de pagar, devida por si ou por qualquer terceiro, exceto os ônus decorrentes dos Contratos de Garantia, para fins de verificação de atendimento do Caixa Mínimo (comprovação esta que poderá consistir em declaração dos bancos emitentes dos

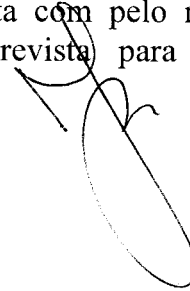


extratos apresentados de que não fez notificação de qualquer ônus, impedimento ou gravame com relação a tais recursos ou as contas em que estejam depositados). As Partes desde já concordam que o Agente Fiduciário limitar-se-á, tão somente, a verificar as informações constantes no extrato, não sendo responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou abrangência das informações disponíveis no referido extrato;

- (e) qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório previsto na Cláusula 8.13, inciso XIV abaixo, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, no prazo a ser razoavelmente acordado entre a Emissora e o Agente Fiduciário caso a caso;
- (f) dentro de 3 (três) dias úteis contados da data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 6.24 acima;
- (g) "Avisos aos Debenturistas", fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deversem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (h) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto no inciso V abaixo;
- (i) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário;
- (j) no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contadas do recebimento da citação, cópia de pedido de falência, insolvência ou recuperação, conforme aplicável, apresentado por terceiros contra si e/ou qualquer de suas respectivas Controladoras, Controladas e/ou coligadas; e

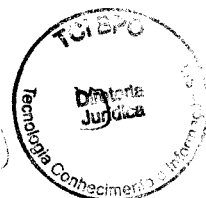


- (k) comunicação escrita sobre a ocorrência de uma Mudança Adversa Relevante, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contado da data em que tomar conhecimento de cada evento ou situação.
- II. submeter, na forma da lei, as contas e balanços consolidados da Emissora a exame por qualquer dos Auditores Independentes;
- III. estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- IV. convocar, nos termos desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- V. informar ao Agente Fiduciário imediatamente a ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado;
- VI. cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- VII. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- VIII. não realizar operações com derivativos com objetivo que não seja de *hedge*, em valor de mercado, individual ou agregado, apurado à época da contratação cumulativamente com o valor de mercado de qualquer derivativo então em vigor, superior a 5% (cinco por cento) do EBITDA dos últimos 12 (doze) meses, calculado ao final do trimestre fiscal imediatamente anterior, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora auditadas ou com revisão limitada, conforme o caso, por qualquer dos Auditores Independentes;
- IX. notificar o Agente Fiduciário acerca de qualquer deliberação dos acionistas da Emissora e/ou dos Fiadores relativa a pagamentos, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, conforme aplicável, de dividendos (inclusive, mas não se limitando a, dividendos sobre ações preferenciais e o dividendo mínimo obrigatório), juros sobre capital próprio, resgate de ações ou qualquer outro pagamento aos acionistas ou sócios, conforme o caso ("Pagamentos aos Acionistas"), sendo certo que referida notificação deverá ser feita com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da data prevista para qualquer



Pagamento aos Acionistas;

- X. notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou dos Fiadores, conforme aplicável, que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora e/ou pelos Fiadores, conforme aplicável, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora ao Agente Fiduciário não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- XI. manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes;
- XII. não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- XIII. cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- XIV. manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário;
- XV. efetuar o pagamento de todas as despesas que o Agente Fiduciário tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da entrega dos documentos comprobatórios;
- XVI. calcular o valor unitário das Debêntures, o qual será disponibilizado pelo Agente Fiduciário aos investidores e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu website; e
- XVII. notificar o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes, no prazo de 1 (um) dia útil contado da data e que a Emissora e/ou qualquer dos Fiadores tiver ciência de tal fato.



- 7.2 As despesas a que se refere o inciso XV da Cláusula 7.1 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:
- I. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
 - II. emissão de certidões;
 - III. despesas razoáveis de viagem, compreendendo transporte, estadias e alimentação, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, mediante entrega da comprovação por meio do relatório de horas elaborado por este; e
 - IV. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, após solicitação reiteradamente não atendida à Emissora.
- 7.3 O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do inciso XV da Cláusula 7.1 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.
- 7.4 Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 10 (dez) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.
- 7.5 Sem prejuízo das demais obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos da Instrução CVM 476:
- I. preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;


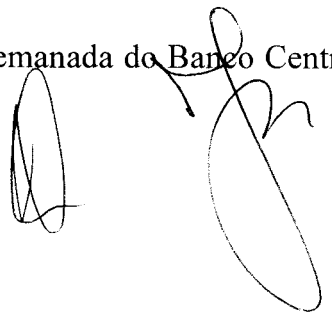


- II. submeter suas demonstrações financeiras a qualquer um dos Auditores Independentes;
- III. divulgar em sua página na rede mundial de computadores e enviar à CETIP suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do parecer de qualquer dos Auditores Independentes, dentro de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social;
- IV. manter os documentos mencionados no inciso III acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- V. observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- VI. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente ao Banco Itaú BBAS.A., na qualidade de instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita; e
- VII. fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário, e que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora e os Fiadores, declarando que:

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;



WPP Jurídica
Tecnologia, Conhecimento e Informação

- IV. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- V. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- VI. a verificação pelo Agente Fiduciário a respeito da veracidade das declarações prestadas pela Emissora, se deu através das informações fornecidas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- VII. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, no limite das informações e documentos fornecidos pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o que os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- IX. com base nas demonstrações financeiras da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, verificou que, na Data de Emissão, a garantia real decorrente do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações representa 40% (quarenta por cento) do valor total das obrigações garantidas, sendo certo que o valor das ações dadas em garantia em 31 de dezembro de 2010 totalizava R\$26.300.618,53 (vinte e seis milhões, trezentos mil e seiscentos e dezoito reais e cinquenta e três centavos);
- X. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- XI. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- XII. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- XIII. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos; e



- XIV. conforme disposto nas Cláusulas 6.23.5 e 7.11(a), informa que a verificação do cumprimento das obrigações das Controladas da Emissora e dos Fiadores se dará com base na declaração a ser fornecida pela Emissora nos referidos itens, destacando desde já que não será realizada qualquer verificação independente a respeito da observância das obrigações.
- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.
- 8.3 Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do total das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.
- 8.4 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição, que deverá ser providenciada pela Emissora com a maior brevidade possível.
- 8.5 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 8.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário, em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.
- 8.7 Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos



requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

- 8.8 A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na Junta Comercial.
- 8.9 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos da Cláusula 6.25 acima.
- 8.10 O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.
- 8.11 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.
- 8.12 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário:

I. receberá uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) a título de honorários pelos serviços de Agente Fiduciário, serão devidas parcelas anuais de R\$13.000,00 (treze mil e quinhentos reais) para o acompanhamento padrão dos serviços de Agente Fiduciário, devida a primeira 15 (quinze) dias após a data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas dos anos subsequentes. A remuneração do Agente Fiduciário será devida até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento;
- (b) a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora e/ou pelos Fiadores e desde que tal pagamento não incorra em duplicidade com a parcela anual mencionada;
- (c) no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$100,00 (cem reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagável 5 (cinco) dias após comprovação da entrega de "relatório de horas" pelo Agente Fiduciário à Emissora. Entende-se por reestruturação

das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das Garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;

- (d) as parcelas referidas acima serão atualizadas pela variação acumulada do IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas *pro-rata die*;
- (e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento);
- (f) as parcelas de remuneração do Agente Fiduciário serão acrescidas de (i) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), (ii) Programa de Integração Social (PIS), (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), (iv) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), ou (v) quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (g) a remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora e/ou os Fiadores permanecerem em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 30 (trinta) dias, será suportada pelos Debenturistas, assim como as despesas reembolsáveis, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia aos Debenturistas para cobertura de risco de sucumbência;
- (h) as remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após, exceto em caso de inadimplemento e conforme previsto nesta Escritura de Emissão, prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente



suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;

- (i) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos; e
- (j) eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário facultarão ao mesmo a revisão dos honorários aqui estabelecidos em comum acordo com a Emissora.

- II. poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se referem o inciso XV da Cláusula 7.1 acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos e, posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá

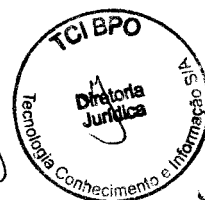
posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.

8.13 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- II. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- III. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- IV. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, conforme já verificado em declaração prestada acima;
- V. promover, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na Junta Comercial, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários à referida inscrição;
- VI. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- VII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- VIII. verificar (i) a regularidade da constituição das Garantias, mediante verificação do registro dos Contratos de Garantia e seus aditamentos nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos identificados nos Contratos de Garantia, e do registro da alienação fiduciária nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e seus aditamentos no Livro de Registro de Ações da Emissora; (ii) a validade e exequibilidade dos Contratos de Garantia e seus aditamentos; e (iii) o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, na forma e de acordo com os limites previstos nos Contratos de Garantia;
- IX. intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;



- X. solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Justiça do Trabalho, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XII. convocar, às expensas da Emissora, quando julgar necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos na Cláusula 6.25 acima;
- XIII. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XIV. elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização, repactuação e pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto



aos administradores da Emissora;

- (i) declaração acerca da manutenção da suficiência e exequibilidade das Garantias das Debêntures, tal como ora constituídas; e
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
- XV. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XIV acima até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM; e
 - (iv) na sede da instituição intermediária responsável pela Oferta Restrita;
- XVI. publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no XV acima;
- XVII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador, ao Banco Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Agente Escriturador, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- XVIII. coordenar a amortização das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XIX. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e
- XX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos da ciência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP.

8.14 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora e os Fiadores para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- I. declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- II. executar as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, das Debêntures, observado o Compartilhamento de Garantias;
- III. requerer a falência da Emissora e/ou dos Fiadores;
- IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

8.14.1 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I, II, III e IV acima se, convocadas Assembleias Gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese prevista no inciso V o Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade de que trata a Cláusula 8.14 acima se, convocadas Assembleias Gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em Circulação e da maioria das Debêntures da Segunda Série em Circulação.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1 Os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série e/ou dos Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso.

9.2 As assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, ou pela CVM.

9.3 Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto

na Lei das Sociedades por Ações a respeito das Assembleias gerais de acionistas.

- 9.3.1 A presidência das Assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma da Cláusula 9.2 acima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, aos Debenturistas da Primeira Série e aos Debenturistas da Segunda Série eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.4 As Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou metade das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso e, em segunda convocação, com qualquer número.
- 9.5 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série e de Debenturistas da Segunda Série, cada Debênture em Circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de Debenturistas, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Ressalvadas as exceções previstas nesta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série dependerão de aprovação de Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, a maioria das Debêntures da Primeira Série em Circulação, e em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, dependerão de aprovação de Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, a maioria das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.
- 9.5.1 Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures, (ii) na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata a Cláusula 6.15.4 acima), (iii) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e (iv) nos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série ou por Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso, representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação ou aprovadas por 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, ou 100% (cem por cento) das Debêntures da Primeira Série em Circulação, ou aprovadas por 100% (cem por cento) das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso, no caso de Evento de Vencimento cuja não declaração dependa da aprovação dos titulares de 100% (cem por cento) da respectiva série das Debêntures em Circulação.
- 9.5.2 A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 6.23.3 acima, deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures da

Primeira Série em Circulação ou das Debêntures da Segunda Série em Circulação, conforme o caso.

- 9.6 Para os efeitos desta Escritura de Emissão, serão consideradas como Debêntures em Circulação aquelas Debêntures de ambas as séries emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas Controladas, coligadas ou pessoas Controladas por qualquer de seus controladores, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até terceiro grau ("Debêntures em Circulação").
- 9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DOS FIADORES

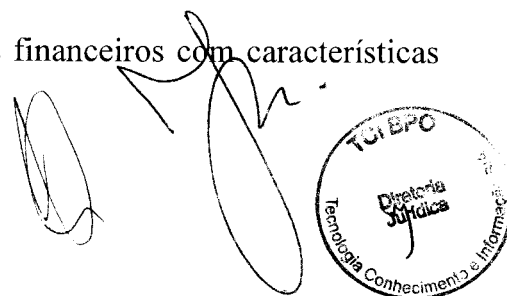
- 10.1 A Emissora e os Fiadores (conforme o caso) neste ato declaram que, na data de assinatura desta Escritura de Emissão:
- I. a Emissora e a Fiadora Pessoa Jurídica são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis brasileiras;
 - II. têm capacidade jurídica e estão devidamente autorizados a celebrar esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e a cumprir todas as obrigações aqui e ali previstas, inclusive, no caso dos Fiadores, a Fiança, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
 - III. as pessoas que as representam na assinatura desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia têm poderes bastantes para tanto;
 - IV. esta Escritura de Emissão e os Contratos de Garantia e as obrigações aqui e ali previstas, inclusive, no caso dos Fiadores, a Fiança, constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e dos Fiadores (conforme o caso), exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
 - V. a celebração desta Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia, o cumprimento de suas obrigações aqui e ali previstas, a emissão das Debêntures e a realização da Oferta Restrita não infringem ou contrariam (a) qualquer contrato ou documento relevante para os negócios da Emissora e/ou dos Fiadores, conforme aplicável, nem



resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou documentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou dos Fiadores, exceto pelas Garantias prestadas; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou documentos; (b) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou os Fiadores ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou os Fiadores ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- VI. têm, assim como suas Controladas, todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto aquelas cuja não obtenção possa causar uma Mudança Adversa Relevante;
- VII. a Emissora não possui participação societária direta ou indireta em qualquer sociedade, exceto por RH Build Up Terceirização e Assessoria em Recursos Humanos S.A., TCI Gestão de Suprimentos em Saúde Ltda., TCI Logística e Suprimentos em Saúde Ltda., e TCI KPO Ltda., das quais a Emissora é titular e beneficiária, respectivamente, de 91,25% (noventa e um vírgula vinte e cinco por cento), 99,99% (noventa e nove vírgula noventa e nove por cento), 99,98% (noventa e nove vírgula noventa e oito por cento) e 75% (setenta e cinco por cento) das ações, quotas e direitos de participação, conforme o caso;
- VIII. a Fiadora Pessoa Jurídica não possui participação societária direta ou indireta em qualquer sociedade, exceto (i) pela Emissora, da qual a Fiadora Pessoa Jurídica é titular e beneficiária, em conjunto com Roberto, da totalidade das quotas e direitos de participação, e (ii) por Mais Clube de Seguros Ltda., da qual a Fiadora Pessoa Jurídica é titular e beneficiária, em conjunto com Roberto, da totalidade das quotas e direitos de participação, não havendo qualquer outra pessoa com direitos de sócio ou qualquer participação ou forma de associação ou *joint venture* (inclusive sob a forma de sociedade em conta de participação) em, com ou relacionada à Fiadora Pessoa Jurídica;
- IX. exceto com relação a processos judiciais provisionados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil, a Emissora e suas Controladas não possuem quaisquer passivos materiais que já tenham sido demandados ou exigidos, nem passivos materiais ou contingências materiais decorrentes de operações praticadas que não estejam refletidos nas respectivas demonstrações financeiras ou em suas notas explicativas;

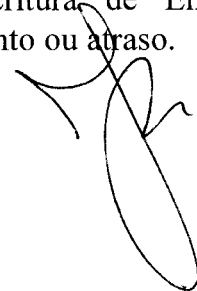
- X. ressalvados erros imateriais, as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaborados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- XI. as informações fornecidas pela Emissora e pelos Fiadores aos Investidores Qualificados no contexto da Oferta Restrita são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita e, com relação a projeções da Emissora, foram preparadas de forma razoável, refletindo a análise de boa-fé da Emissora;
- XII. não omitiram qualquer fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados nas Debêntures;
- XIII. inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição material contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental em curso ou, do seu conhecimento, pendente, que possa vir a causar Mudança Adversa Relevante na Emissora e/ou nos Fiadores, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, ou que possa afetar a capacidade da Emissora e/ou dos Fiadores de cumprir suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos Contratos de Garantia;
- XIV. não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- XV. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures, inclusive nas hipóteses de vencimento antecipado, nos termos desta Escritura de Emissão, foi acordada por livre vontade entre a Emissora e a instituição intermediária líder responsável pela Oferta Restrita, em observância ao princípio da boa-fé;
- XVI. estão familiarizados com instrumentos financeiros com características semelhantes às das Debêntures;



- XVII. os administradores da Emissora e da Fiadora-Pessoa Jurídica têm ciência dos termos das Debêntures, estão familiarizados com seus propósitos e objetivos e aprovaram sua emissão;
- XVIII. são pessoas sofisticadas e têm o conhecimento e a experiência em assuntos financeiros e de negócios, inclusive no que diz respeito a operações da mesma natureza que as Debêntures, que os capacitam a avaliar o mérito, os riscos e a adequação das Debêntures;
- XIX. a Emissora decidiu, por sua conta e risco, emitir as Debêntures, e está contando exclusivamente com a consultoria e recomendação de seus próprios assessores para definir o tratamento financeiro, legal, regulatório, tributário e contábil pertinentes às Debêntures, e não se baseou em qualquer opinião do Agente Fiduciário e/ou de qualquer pessoa ou entidade ligada ao Agente Fiduciário, para definir o tratamento contábil, fiscal, legal e regulatório aplicável às Debêntures ou para avaliar a adequação das Debêntures a seus propósitos;
- XX. as informações prestadas pela Emissora e pelos Fiadores são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito das Debêntures;
- XXI. nenhuma Mudança Adversa Relevante ocorreu desde 31 de dezembro de 2010; e
- XXII. não prestaram declarações falsas, imprecisas ou incompletas ao Agente Fiduciário ou qualquer empresa integrante do grupo econômico do Agente Fiduciário, e não há pendências, judiciais ou administrativas, de qualquer natureza, no Brasil ou no exterior, que causem ou possam causar uma Mudança Adversa Relevante ou Evento de Vencimento Antecipado.

11. RENÚNCIA

- 11.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



12. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

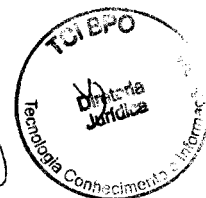
- 12.1 A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

13. ALTERAÇÕES

- 13.1 Toda e qualquer alteração da presente Escritura de Emissão somente será válida quando celebrada por escrito e assinada por todas as Partes, e deverá ser igualmente registrada na Junta Comercial, bem como nos Cartórios de Registros de Títulos e Documentos indicados na Cláusula 2.1, inciso II, desta Escritura de Emissão.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições e obrigações não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.
- 14.2 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar qualquer verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões.
- 14.3 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura de Emissão e dos demais documentos da operação.
- 14.4 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.
- 14.5 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-



somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

- 14.6 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da falta de veracidade, consistência, qualidade e suficiência de quaisquer das suas declarações prestadas nesta Emissão.

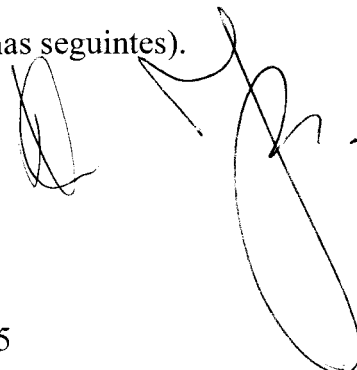
15. FORO

- 15.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e seus sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 10 (dez) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 3 de novembro de 2011

(As assinaturas seguem nas 5 (cinco) páginas seguintes).



ESCRITURA PARTICULAR DA SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, DE TCI BPO – TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S.A., CELEBRADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 2011 – PÁGINA DE ASSINATURAS 1/5.

TCI BPO – TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S.A.

Nome:

Cargo:

GRUPO TCI
Jose Leovigildo Coelho
Vice-Presidente
de Desenvolvimento de Negócios

Nome: ROBERTO CAMPOS MARINHO FILHO

Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

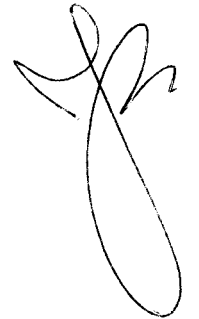


ESCRITURA PARTICULAR DA SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, DE TCI BPO – TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S.A., CELEBRADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 2011 – PÁGINA DE ASSINATURAS 2/5.



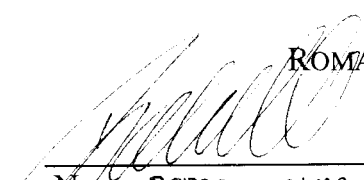
ROBERTO CAMPOS MARINHO FILHO

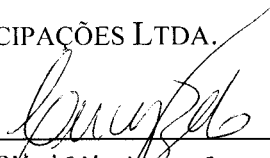




ESCRITURA PARTICULAR DA SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, DE TCI BPO – TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S.A., CELEBRADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 2011 – PÁGINA DE ASSINATURAS 3/5.

ROMA ADMINISTRADORA E PARTICIPAÇÕES LTDA.


Nome: ROBERTO CAMPOS MARINHO FILHO
Cargo: DIRETOR - PRESIDENTE

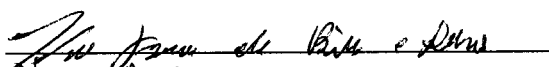

Nome: LUCY REZENDE MARINHO
Cargo: DIRETORA FINANCEIRA





ESCRITURA PARTICULAR DA SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, DE TCI BPO – TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S.A., CELEBRADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 2011 – PÁGINA DE ASSINATURAS 4/5.

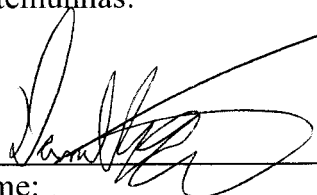
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

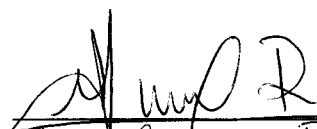

Nome: PEDRO HENRIQUE BRITO E SILVA
Cargo: JURÍDICO



ESCRITURA PARTICULAR DA SEGUNDA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM DUAS SÉRIES, DE TCI BPO – TECNOLOGIA, CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S.A., CELEBRADA EM 3 DE NOVEMBRO DE 2011 – PÁGINA DE ASSINATURAS 5/5.

Testemunhas:


Nome: Daria Meco
Id.: 25738525-3


Nome: Bruna Rendeiro
Id.: 47.899.399-0





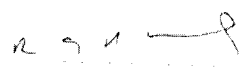
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

CERTIFICO O REGISTRO EM: 07/11/2011

SOB Nº: ED001090000

Protocolo: 11/226924-9

Empresa: 26 3 0001538 2
TCI BPO - TECNOLOGIA,
CONHECIMENTO E INFORMAÇÃO S/A


ROLDÃO ALVES PAES BARRETO
SECRETARIO-GERAL